

# GAZETA MERCANTIL

## Igreja defende prerrogativas na Constituinte

10 MAR 1987

ANC

1987

A defesa dos direitos da pessoa humana, o ensino religioso nas escolas, assistência religiosa às Forças Armadas, reconhecimento do casamento religioso com efeitos civis e a isenção de impostos para templos e cemitérios, assim como para sede de partidos políticos e obras de assistência social, são algumas prerrogativas das quais a Igreja não pretende abrir mão na formulação da próxima Constituição do Brasil.

A informação foi prestada ontem pelo arcebispo metropolitano de Belém (PA), dom Alberto Ramos, e pelo arcebispo coadjutor com direito à sucessão, dom Vicente Joaquim Zico, numa coletiva de apresentação da comissão arqui-diocesana de acompanhamento da Constituinte, que, segundo o chefe da Igreja Católica do Pará, "deve refletir a presença da região amazônica no conjunto da Constituinte, principalmente nos aspectos mais peculiares da nossa região como a defesa dos povos indígenas e dos sem-terra".

### O TRABALHO DA COMISSÃO

Segundo dom Alberto Ramos, a comissão arqui-diocesana trabalhará em permanente contato com as comissões de outras dioceses e prelaças e, além das questões gerais de ordem religiosa e social, se aterá na apreciação de projetos como o "calha norte" e a reforma agrária, que di-

zem respeito mais diretamente à Amazônia por incidirem sobre o índio e o posseiro. "Questões que não digam respeito diretamente aos interesses da Igreja como o presidencialismo ou o parlamentarismo ou a duração do mandato presidencial podem até ser debatidas, mas não constituem prioridade nem são os temas centrais da preocupação da Igreja", disse o arcebispo.

### "NA ITÁLIA FOI DIFERENTE"

A comissão arqui-diocesana de acompanhamento da Constituinte é formada por dezenove pessoas, incluindo os dois arcebispos, e presidida pelo padre Salvino Mombelli, que considerou "fantástica" a participação popular na formulação da próxima Constituição.

"Na Itália, em 1946, porque já tínhamos um partido representativo da comunidade católica, a Igreja simplesmente não foi chamada a debater ou a colaborar como está sendo no Brasil", disse ele. Da comissão também é membro, entre outros, o ex-ministro da Reforma Agrária, Néelson Ribeiro.

Dom Alberto Ramos disse que a Igreja não "olhará pessoas, mas as idéias, e que se a idéia for boa, venha do Partido Comunista ou da UDR, a Igreja não negará apoio".

A comissão arqui-diocesana reúne-se uma vez por semana no Palácio Arquiepiscopal de Belém. (EBN)